

Ata número Catorze

-----Aos dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão de reuniões da Sede da União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), sito na Rua Reitor Teixeira Guedes, nº 2, em Faro, uma Assembleia ordinária desta União de Freguesias, convocada a vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, Ezequiel Mendonça Canário, nos termos do disposto no artigo 11 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com os números 1, 2 e 3 do artigo 3º da Lei nº.1-A/2020 de 19 de março, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**Ponto um:** Período antes da ordem do dia; -----

-----**Ponto dois:** Período de intervenção e esclarecimentos destinados ao público; -

-----**Ponto três:** Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referente ao ano dois mil e vinte e quatro – Relatório de Contas e Atividades referente ao ano dois mil e vinte e quatro; -----

-----**Ponto quatro:** Discussão e aprovação da 1ª alteração modificativa ao orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimento de dois mil e vinte e cinco; -----

-----**Ponto cinco:** Autorização para a adesão da União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro) à TI Portugal; -----

-----**Ponto seis:** Autorização para aceitar a adenda ao protocolo entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE para operacionalizar o apoio para a aquisição de botijas de Gás “Bilha Solidária”;-----

-----**Ponto sete:** Autorização para aceitar a adenda ao protocolo de parceria com o NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção ao Sem-Abrigo de Faro;-----

-----**Ponto oito:** Apreciação da Informação escrita do presidente acerca da atividade e situação financeira da União de Freguesias de Faro; -----

-----**Ponto nove:** Apreciação e votação da ata referente à última reunião. -----

-----Verificado o quórum, às vinte e uma horas e cinco minutos, o Senhor Luís Gabadinho, primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia e em substituição do Presidente da Assembleia de Freguesia, Ezequiel Mendonça Canário, deu início à sessão, convidando o membro do PSD, Luciano Santos para o secretariar na mesa, juntamente com o membro do CDS, Margarida Pereira.-----

-----A reunião teve início com a leitura da Convocatória, seguindo-se a apresentação da correspondência recebida, incluindo alguns pedidos de substituição, os quais se anexam à presente ata.-----

Pedidos de Substituição: Da bancada do PSD – Ezequiel Mendonça Canário, Luis Augusto Morais Fontinha, Delmira Silva e António Palma.-----

-----Da bancada do CDS, pedido de substituição do membro Lúcia Santos.-----

-----Relativamente à bancada do Bloco de Esquerda, não se registou a presença de nenhum representante, nem foi apresentada qualquer justificação para a ausência.

-----Na bancada do Partido Socialista, também houve a registar o pedido de substituição dos membros Ana Luísa Santos e Luísa Cunha. -----

----- Houve ainda a registar o anúncio por escrito por parte do membro Filipe Relêgo, e que foi lido na Assembleia, a solicitar que deixe de representar o partido CHEGA e a informar a sua desvinculação do mesmo, pelo que passou a gozar a partir desta reunião do estatuto de membro não inscrito.-----

----- Assim sendo, à hora de início dos trabalhos estavam presentes dezassete membros eleitos na reunião de Assembleia: Do PSD oito membros: Luís Gabadinho, Michael Ferrada, Luciano Santos, Margarida Vasconcelos, Nuno Silva, David Silva, Florêncio Vargues e Domingos Carreira. Do PS seis membros: Carlos Gordinho, Catarina Sena, Francisco Loulé, Duarte Silva, Nathalie Santos e Paulo Teixeira. Do CDS um membro: Margarida Pereira; Um membro não inscrito: Filipe Relêgo e do PCP, um membro: Ricardo Catarro.-----

----- Para além dos membros eleitos, também estiveram presentes o Presidente da Junta da União das Freguesias de Faro, Bruno Gonçalo de Azevedo Lage, a Tesoureira, Elisabete Maria Romão Vargues, o Secretário José Jardim de Sousa, os Vogais, Davide Alcaria Domingos Alpestanda, Jorge Manuel Sismeiro Silva Pereira e Ilídia Honorato Sério.-----

----- Ao iniciar formalmente a reunião, no Ponto Um, o Senhor Presidente da Assembleia, Luís Miguel da Silva Vicente Gabadinho, depois de ler resumidamente o expediente remetido ao seu cuidado, informou que chegaram à Mesa para serem discutidas nesta reunião de assembleia, um Voto de Pesar e duas Moções.-----

----- Ato contínuo, convidou a bancada do PSD a apresentar o voto de pesar pelo falecimento de Laura Carlos, que foi lido pelo membro Nuno Silva. Interveio também Carlos Gordinho do PS, que anunciou que a sua bancada se vai associar a este Voto de Pesar.-----

----- Colocado a votação este voto de pesar foi aprovado por unanimidade, a que se seguiu um minuto de silêncio.-----

----- Seguidamente, foi apresentada pela bancada do PSD a Moção - Pelo Reerguer do Moinho de vento dos Hangares e que foi lida pelo membro Margarida Vasconcelos.-----

----- Após a explanação, Carlos Gordinho pediu a palavra e fez umas perguntas e disse que não compreende o porquê de a obra não ter avançado. Essas perguntas foram respondidas pelo Presidente da Junta de Freguesia, uma vez que foi solicitado a si esse esclarecimento e, nesse sentido, em resposta, informou que o moinho de vento foi adquirido, no âmbito do Orçamento Participativo, pela Associação de Moradores dos Hangares há cerca de um ano e está à espera até hoje de uma autorização do Parque Natural da Ria Formosa e aproveita o momento para aplaudir a pertinência desta moção na esperança que venha a surtir efeitos junto das entidades responsáveis.-----

----- Entretanto, no momento da discussão desta moção, entrou na sala mais um membro da bancada do partido socialista, o membro João Lopes, passando a estar dezoito votos em sala. Após os esclarecimentos dados e em virtude de mais nenhum membro pedir o uso da palavra, a Moção foi colocada a votação e foi aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente, o presidente solicitou à bancada do PSD que apresentasse a Moção - Pela criação de um centro oncológico acoplado ao novo hospital central e que foi lida pelo membro Nuno Silva.-----

-----Após a leitura, pediu para fazer uso da palavra o membro Carlos Gordinho do PS, informando que sobre esta moção a bancada do PS vai abster-se e teve ainda a oportunidade de prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto.-----

-----Pediu também a palavra, o membro Ricardo Catarro da CDU onde disse que o conhecimento que tinha sobre esta matéria era que as áreas do terreno disponibilizado não tinham a dimensão suficiente para a implementação do edifício.-----

-----Finalizou as intervenções o membro Nuno Silva da bancada do PSD a dizer que além de deputados somos todos cidadãos e todos temos as nossas responsabilidades e que o projeto esteve sempre mal desde o início, uma vez que em termos financeiros o dinheiro necessário para a sua execução não existia.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a moção foi colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com dez (10) votos a favor (8 PSD + 1 CDS e Membro não inscrito) e oito (8) abstenções (7 do PS + 1 da CDU).-----

-----Passou-se então para o ponto dois da ordem de trabalhos, referente ao Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público e inscreveu-se para falar o cidadão António Mateus que falou sobre a necessidade do centro oncológico, falou também da falta de segurança da via pública na cidade de Faro, acrescentando que a criminalidade tem aumentado à luz do dia e para a problemática de situações sensíveis protagonizadas por toxicodependentes que se tem assomado junto dos muros e vedações das escolas, durante o recreio das crianças.-----

-----Falou de outra problemática que é a proliferação de pombos nas ruas e praças da cidade e que tem de haver maneiras de controlar estes tipos de animais e que é inaceitável permitir que pessoas continuem a alimentar estas aves conspurcando o chão e a contribuir para a proliferação dos pombos.-----

-----Falou também das ilhas que estão sobre o domínio camarário e que dadas as carências e falhas detetadas nestes núcleos, verifica que a postura e a política de acompanhamento destas comunidades por parte das entidades responsáveis não tem sido a mais correta, estando quase ao abandono.-----

-----Depois da sua intervenção, o Presidente da Junta de Freguesia deu alguns esclarecimentos sobre os pontos mencionados pelo cidadão, informando as ações que têm sido tomadas por parte deste executivo e sobre as suas competências.-----

-----Entrou-se então no ponto três da ordem de trabalhos no âmbito da apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referente ao ano dois mil e vinte e quatro - Relatório de Contas e Atividades referente ao ano dois mil e vinte e quatro e o presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao presidente da Junta, que informou que esta apresentação seria repartida pelo presidente e pela tesoureira da junta de freguesia.-----

-----Ato continuo, o Presidente fez uma apresentação detalhada das atividades e dos principais trabalhos desenvolvidos pela Junta de Freguesia ao longo do ano dois mil e vinte e quatro.-----

-----Referiu ainda que os procedimentos tidos durante a pandemia foram totalmente abolidos no ano de 2024, sendo que esta Junta de Freguesia apenas manteve a possibilidade de fazer provas de vida recorrendo a vídeo chamadas, uma vez que considerou-se que era benéfico manter esta possibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou acamados. Desta forma evita-se deslocações às instalações da autarquia desnecessárias destas pessoas, já por si fragilizadas com a sua condição. Os serviços de saúde, também, retomaram o seu regime presencial, sendo que só em casos devidamente justificados continuaram a existir consultas de psicologia recorrendo a tecnologia à distância.-----

-----No sentido de garantir um serviço público de qualidade assente na prestação de um atendimento eficaz e eficiente, procurando manter uma atualização constante da informação e dos procedimentos, e dando a máxima atenção às sugestões expressas pelos cidadãos que se deslocam às instalações da junta de freguesia, na secretaria da União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro) são prestados vários serviços de acordo com as competências emanadas da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, tais como atestados, licenças de canídeos e gatídeos, certificação de fotocópias ou atestados em impressos próprios.-----

-----Sobre esta matéria, o presidente mencionou que, tal como temos dado conta nos relatórios anteriores, passados seis anos sobre a entrada em vigor do Decreto Lei nº 82/2019 publicado em Diário da República nº 121/2019, que veio transferir a competência do registo de animais de companhia para os veterinários, esta autarquia continua a ter utentes que se atrasam no pagamento da licença por não terem a informação de que esta continua a ser uma competência da Junta de Freguesia da área de residência. Assim, a confusão gerada pelo Sistema de Informação de Animais de Companhia (SIAC), continua a justificar o decréscimo de licenças feitas neste âmbito, pois criou nos fregueses dúvidas em relação à obrigatoriedade do pagamento desta taxa, pelo que se tem assistido desde essa altura a uma diminuição do número de ocorrências nesta matéria. Apesar desta situação reportar a anos anteriores ao que está em análise neste documento, o certo é que as consequências desta situação, ainda hoje se fazem sentir, sendo que há fregueses que desconhecem a obrigatoriedade de renovação de licenciamento anual.-----

-----Face ao exposto, o presidente informou que, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram elaborados por esta autarquia 7105 atestados (mais 635 que no ano anterior), 777 licenças de animais (menos 52), 198 certificações de fotocópias (menos 13). Estes serviços são prestados quer na sede da União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro), quer nas suas delegações de São Pedro e da Culatra.-----

-----O presidente da Junta da União das Freguesias de Faro, Eng.º Bruno Lage ainda teve a oportunidade de acrescentar que a União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro), orienta a sua ação no sentido de proporcionar aos seus fregueses um

P 24

serviço público de excelência, permitindo a satisfação das suas necessidades, para tal a conduta dos recursos humanos desta freguesia, tem por base os valores e princípios fundamentais definidos pela Carta Deontológica da Administração Pública, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 18/93 de 17 de março. Desta forma os princípios orientadores da conduta dos serviços consubstanciam-se em:-----

-----a) O sentido do serviço à população é consubstanciado exclusivamente no interesse público, socialmente relevante devido aos cidadãos;-----

-----b) O interesse público prevalece sobre os interesses particulares ou de grupos, no respeito pelos direitos e interesses garantidos e assegurados aos cidadãos;-----

-----c) Os serviços privilegiam os princípios da legalidade, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade, da boa-fé, da dignidade social e da igualdade no tratamento de todos os cidadãos;-----

-----d) Os serviços agirão e procederão de modo a que nenhum cidadão possa ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social;-----

-----e) Os serviços regem-se tendencialmente por princípios de racionalidade na gestão, qualidade, inovação e desburocratização, bem como por uma administração aberta, que permita aos utentes um conhecimento fácil e célere dos processos em que sejam diretamente interessados;-----

-----No sentido de cumprir a sua missão no âmbito das atribuições e competências definidas pela Lei nº75/2013, a União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro), obedece, nos termos do seu regulamento interno ao modelo de estrutura orgânica que compreende área administrativa, área social e cultural e área de manutenção dos espaços públicos.-----

-----Por fim, o presidente da Junta referiu que em conformidade com as Opções para 2024, foram abertos procedimentos concursais comuns para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado - termo resolutivo incerto, na categoria de Assistente Operacional. Assim, ao nível do trabalho externo, nomeadamente na manutenção dos espaços verdes, competência própria que consta no auto de transferências com o Município de Faro, em janeiro de 2024 foi colocado um trabalhador com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto na carreira e categoria de assistente operacional cujo procedimento concursal decorreu entre outubro e dezembro de 2023. Em fevereiro terminou um procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional (aberto em 2023) cujos contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto tiveram início em março. Ainda no ano em análise, em setembro, foi aberto um procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho a termo resolutivo incerto na carreira e categoria de assistente operacional que ficou, internamente, concluído em

de dezembro de 2024, contudo, o processo transitou de ano no Diário da República para que fosse publicado.-----

-----No ano em análise saíram dois funcionários que exerciam funções nos serviços externos. Um dos funcionários saiu por ter atingido a idade da reforma tendo outro falecido.-----

-----Estas alterações estavam já identificadas no mapa de pessoal e visaram assegurar a concretização das políticas e estratégias definidas no exterior, sobretudo, na área da manutenção dos espaços verdes. Assim, a 31 de dezembro de 2024, o mapa de pessoal da União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro) contava com dez colaboradores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, vinte e seis funcionários com Contrato de Trabalho em Funções Públicas com termo resolutivo incerto e oito técnicos que prestam serviços na área da saúde, pelo que são prestadores de serviços autónomos.-----

-----Seguidamente, o presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra à senhora Tesoureira, Elisabete Vargues, que começou por fazer referência à importância que este executivo sempre deu à transparência dos valores apresentados, fazendo um resumo daquilo que foram as receitas e despesas desta autarquia de forma clara e simples para que todos percebam. Seguidamente foi apresentada a análise das contas do exercício.-----

-----No seguimento daquilo que tem acontecido, o valor das receitas correntes, superaram, mais uma vez as previsões. Esse resultado positivo é atribuído à execução das receitas próprias, que superaram as expectativas, especialmente nas áreas de atestados e consultas. É importante salientar que a elaboração do orçamento de 2024 levou em consideração valores ainda de 2022, o que tornava previsível um desempenho inferior.-----

-----Em relação ao saldo de gerência de 2024, este se refere ao excedente gerado em 2023, ano em que a autarquia adquiriu um armazém, razão pela qual o saldo é inferior ao do ano anterior, totalizando 116 445,22 €. Essa situação reflete a gestão cuidadosa dos recursos financeiros da Junta de Freguesia e a necessidade de investimentos em ativos que beneficiarão a comunidade a longo prazo.-----

-----Foi, então, feita a explanação da execução dos valores da receita, fazendo comparação em relação ano de 2023.-----

-----No que se refere aos impostos diretos recebidos em 2023 totalizaram 108.058€, enquanto no ano anterior haviam sido arrecadados 110.524€. Em relação às receitas próprias, no que se refere às taxas, em 2023, a receita foi de 66.154€, enquanto em 2024, esse valor subiu para 69.287,50€. Nestas rubricas encontram-se os valores gerados pelos nossos serviços administrativos assim como as taxas arrecadadas em feiras e mercados levados a cabo por esta autarquia.-----

-----No que se refere às vendas de bens e serviços correntes, em 2023 a receita havia sido de 38.864€, enquanto em 2024 este valor aumentou para 43.832€, estes valores têm em conta a atualização das taxas dos serviços prestados na área da saúde.-----

2

-----O valor referente a receitas de capital, foi de 44 700,00 €. Esse valor contempla as receitas referente à transferência do município assim como a receita proveniente da venda de duas carrinhas que estavam em fim de vida.-----

-----Para terminar a tesoureira reforçou a importância de a execução das transferências correntes terem ficado acima do orçamentado.-----

-----Passou-se então à explanação dos valores de despesa, fazendo especial incidência ao que se gastou em cada rubrica.-----

-----Na presente sessão, foram discutidos e apresentados os dados referentes à execução da despesa. Em relação à aquisição de serviços, destacamos a contratação de serviços técnicos de saúde no montante de 79.000€ e a aquisição de serviços especializados para aterro, totalizando 300.000€, que inclui assistência técnica e seguros. Observou-se um aumento na aquisição de serviços, que subiu em 51.697,91€, resultando em um total de 293.359,69€, culminando em 345.050,91€.-----

-----A senhora tesoureira referiu que sempre foi política deste executivo ter os seus próprios colaboradores, recorrendo a serviços externos apenas quando não existe pessoal especializado nos quadros desta autarquia para elaborar serviços mais específicos. Tal aposto reflete-se naquilo que são as despesas desta autarquia no presente ano. Assim, a rubrica que acaba por ter maior peso na despesa é aquela onde ficam refletivas as despesas com pessoal que no presente ano aumentou 31 798,41€ em relação ao ano transato, totalizando 628 584,50€ passando de 596.786,09€ para 628.584,50€. estes valores representam 38% do orçamento total da despesa. E refletem para além dos aumentos legais, a contratação de duas novas pessoas e pela saída de dois funcionários, um por reforma e outro por falecimento. Atualmente, a equipa conta com 10 contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (6 assistentes técnicos e 4 operacionais) e 26 contratos em funções públicas com termo resolutivo incerto no serviço externo.---

-----No que diz respeito à aquisição de bens, houve um incremento de 20 718,14€, com os valores subindo de 89 082,86€ para 109.801,19€. As transferências correntes, por sua vez, diminuíram em 17 333,92€, passando de 76 169,48€ para 58 835,56€. Essa diminuição abrange transferências para associações da freguesia, colaboradores vinculados a tratados de emprego inseridos pelo IEFP, e auxílio a famílias no âmbito da bilha solidária.-----

-----Por fim, a execução da despesa referente à aquisição de bens de capital registou um aumento de 35.525,03€, passando de 382.174,06€ para 417.699,09€, o que reflete a compra de um armazém.-----

-----Após explicadas todas as receitas e despesas, a tesoureira Elisabete Vargues, evidenciou aquilo que foi a boa execução do orçamento apresentado no ano em análise da importância de ter as contas consolidadas.-----

-----Às vinte e duas horas e dezoito minutos, o membro David Silva do PSD, por motivos de indisposição física, saiu da sala, ficando assim dezassete membros na reunião.-----

-----Após a explanação por parte do presidente e da tesoureira do executivo, abriu-se um período de debate e esclarecimentos e inscreveu-se o membro Paulo Teixeira, do PS, que fez um comentário a afirmar que as taxas do espaço de saúde deveriam ser mais baixas uma vez que o saldo das receitas é grande.-----

-----O membro João Lopes, da bancada do PS, fez uso da palavra para tecer alguns comentários sobre a Unidade Local de Proteção Civil da Culatra e solicitou alguns esclarecimentos sobre a mesma.-----

-----O membro Ricardo Catarro da CDU, também fez uso da palavra, pedindo para clarificar o quadro de pessoal da Junta de Freguesia.-----

-----Não havendo mais inscrições de momento, foi dada a palavra ao Presidente da Junta que solicitou que a sra Tesoureira respondesse a parte das perguntas e comentários formulados. Assim, começou a responder a Tesoureira, sobre o quadro de pessoal. Depois interveio o presidente a responder à questão do membro do PS Paulo Teixeira e às questões do membro do PS, João Lopes.-----

-----Pedi novamente a palavra Joao Lopes da bancada do PS, a pedir novamente explicações do sobre a Unidade Local de Proteção Civil, uma vez que não considera que exista uma Unidade Local de Proteção Civil na Culatra.-----

-----Pedi também a palavra a deputada da Nathalie Santos da bancada do PS que questionou como é feita a divulgação do espaço saúde da Junta de Freguesia e aproveitou para dar algumas sugestões ao executivo. Não se registando mais pedidos de intervenção por parte das bancadas, foi dada a palavra ao Presidente da Junta para esclarecer as dúvidas levantadas e para responder aos comentários formulados.-----

-----Assim, os documentos de prestação de contas referente ao ano dois mil e vinte e quatro – Relatório de Contas e Atividades referente ao ano dois mil e vinte e quatro foram colocados a votação tendo sido aprovados por maioria com nove (9) votos favoráveis (7 do PSD, 1 do CDS e 1 do membro não inscrito) e oito (8) abstenções (7 do PS e 1 da CDU).-----

-----Passou-se então para o ponto quatro da ordem de trabalhos, referente à discussão e aprovação da 1ª alteração modificativa ao orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimento de dois mil e vinte e cinco.-----

O presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra à Sr.a Tesoureira que informou quais as rubricas que foram reforçadas com o saldo de gerência. Após a apresentação, iniciou-se um período de debate e inscreveu-se o membro Paulo Teixeira, da bancada do PS que pediu esclarecimento sobre qual o valor do orçamento inicial e aproveitou o momento para felicitar a distribuição do valor do saldo de gerência nas várias rubricas do orçamento de forma mais equitativa em relação aos anos anteriores.-----

-----O presidente da Junta e a tesoureira responderam à questão do membro Paulo Teixeira e dado não haver mais pedidos de intervenção, o documento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com dez votos a favor (7 do PSD + 1 do CDS + 1 da CDU + 1 do membro não inscrito) e oito abstenções (PS).-----

-----Passou-se então para o ponto cinco da ordem de trabalhos referente ao pedido de autorização para a adesão da União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro) à TI Portugal.-----

-----Tomou a palavra o presidente da Junta que explicou sucintamente o projeto e pediu à assembleia a necessária autorização para que a União das Freguesias de Faro possa aderir à associação Transparência Internacional, que tem uma quota anual no valor de quinhentos euros.-----

-----Não havendo pedidos de inscrição para comentar ou solicitar explicações sobre este ponto, o pedido de adesão à associação TI – Transparência Internacional, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor (8 do PS, 7 do PSD, 1 do CDS e 1 do membro não inscrito) e uma abstenção do membro da CDU.-

-----Logo de seguida passou-se para o ponto seis da ordem de trabalhos referente ao pedido de autorização para aceitar a adenda ao protocolo entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE para operacionalizar o apoio para a aquisição de botijas de Gás “Bilha Solidária”.-----

-----O presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao presidente da Junta que explicou o teor da adenda em questão.-----

-----Após a explicação, abriu-se o habitual período de discussão e pediu a palavra o membro Carlos Gordinho, da bancada do PS, que informou que a sua bancada iria votar favoravelmente, mas acrescentou que nunca souberam do número de famílias que tiveram este apoio na freguesia.-----

-----Colocado a votação, a aceitação desta adenda foi aprovada por unanimidade.-

-----Passou-se então para o ponto sete da ordem de trabalhos referente ao pedido de autorização para aceitar a adenda ao protocolo de parceria com o NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção ao Sem-Abrigo de Faro.-----

-----Foi dada a palavra ao presidente da Junta, Eng.º Bruno Lage, para explicar o teor desta adenda quase toda ela centralizada em matérias referentes à proteção de dados.-----

-----Dado não haver pedidos de esclarecimentos sobre este ponto, a aceitação desta adenda foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Chegando ao ponto oito da ordem de trabalhos, referente à apreciação da Informação escrita do presidente acerca da atividade e situação financeira da União das Freguesias de Faro, foi dada a palavra ao presidente da Junta de Freguesia que fez o apanhado das atividades da Junta de Freguesia desde a última reunião ordinária ocorrida em dezembro, até ao final do mês de março do corrente ano, tendo também referindo-se à situação financeira desta autarquia, destacando o Mercado de Trocas, a Entrega de Cabazes de Natal, o apoio à Caritas Paroquial de São Luís e de São Pedro, o descerramento do Busto de Bartolomeu Dias, a Ação de Sensibilização Ambiental junto das Escolas do 1º Ciclo, a instalação de placas de sensibilização sobre a problemática dos Dejetos Caninos, a montagem nas escolas de Depósitos para recolha de águas pluviais, a oficina de Doces Regionais de Figo, a apresentação do Anuário 2023 da União das Freguesias de Faro, a cerimónia do Dia da Freguesia da Sé que decorreu no Conservatório Regional Maria Campina, o

primeiro Torneio de futebol de juvenis "Freguesia de Faro", a manutenção e limpeza anual das palmeiras da cidade e das ribeiras e de linhas de água, o tratamento preventivo por Endoterapia contra o Afídio, o alcatroamento do caminho rural 4200, situado em Mata Lobos e que com esta intervenção a freguesia pode-se orgulhar de ter todos os caminhos públicos alcatroados e do início das obras de conservação e restauro do Arco do Repouso.-----

-----Aberto o período de discussão, o membro Carlos Godinho da bancada do PS, pediu que dentro do orçamento da junta fosse aumentado o projeto de recolha das águas para as escolas básicas, projeto que considera muito interessante. Pediu também um abrigo de passageiros junto da paragem de autocarros perto da residência universitária junto à esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP).-----

-----Por sua vez, o membro Nuno Silva da bancada do PSD, aproveitou este momento para assinalar e tecer um elogio ao facto da União das Freguesias de Faro ter sido recentemente distinguida pela DECO com o prémio "Freguesia mais próxima do consumidor".-----

-----Uma vez esgotado o período de debate deste ponto, entrou-se de seguida no ponto nove da ordem de trabalhos - Apreciação e Votação da ata referente à reunião anterior.-----

-----Após uns pedidos de correção de algumas gralhas e frases mal formuladas em relação à ata da assembleia anterior a ata foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu mais uma vez a presença de todos e deu por encerrada a sessão.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

Luís Miguel de Silva Vinte Gabadinho

(Luís Gabadinho)

O Primeiro Secretário

Luciano Francisco Baptista Santos

(Luciano Santos)

O Segundo Secretário

Margarida de Fátima Pereira

(Margarida Pereira)